

Educação e ensino remoto em tempos de pandemia: desafios e perspectivas

Fernando Eugenio Gonçalves¹

Frairon César Gomes Almeida²

Haline Janaína Franco Almeida³

Marinete Moura da Silva Lobo⁴

RESUMO

O artigo traz uma abordagem quanto aos desafios do ensino remoto, ocasionado pela pandemia da Covid-19, que trouxe ao ambiente escolar a necessidade de uma nova prática urgente e adaptada a esse novo cenário, cujo o maior entrave se constituiu em estabelecer uma rotina proativa entre o isolamento e a continuidade do ensino. O objetivo da pesquisa é analisar os desafios da educação durante o período do ensino remoto, assim como fazer apontamentos quanto ao preparo ou não dos profissionais e das instituições de ensino. Trata-se de um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, fundamentada nas literaturas de Oliveira (2020), Medeiros (2020), além de documentos oficiais e da legislação da área de estudo. Os resultados demonstram as dificuldades do ensino remoto para os pais e profissionais da educação na implementação da modalidade emergencial, além de apresentar as consequências negativas para a aprendizagem dos alunos neste período.

PALAVRAS-CHAVE: Necessidade; Profissionais; Dificuldades.

¹ Licenciatura em Pedagogia. Universidade Estadual do Maranhão, Lago da Pedra, MA, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1011-7950>. E-mail: fernandoeugenio2011@hotmail.com.

² Mestre e Doutorando em Ensino. Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2291-1185>. E-mail: fraironalmeida@professor.uema.br.

³ Mestre em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Universidade Federal do Tocantins – UFT, Araguaína, Tocantins, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8407-5347>. E-mail: haline.franco@ifma.edu.br.

⁴ Doutora em Ensino. Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7299-900X>. E-mail: marinete.lobo@ifma.edu.br.

Education and remote teaching in Pandemic times: challenges and perspectives

ABSTRACT

The article brings an approach to the challenges of remote teaching, caused by the Covid-19 pandemic, which brought to the school environment the need for a new urgent and adapted practice to this new scenario, where the biggest obstacle was to establish a proactive routine between isolation and continuity of teaching. The objective of the research is to analyze the challenges of education during the remote teaching period, as well as to make notes regarding the professionals' and educational institutions' preparation or lack of it. The research is a bibliographic study of a qualitative nature based on the literature of Oliveira (2020), Medeiros (2020), besides official documents and legislation in the area of study. The results demonstrate the difficulties of remote teaching for parents and education professionals in the implementation of the emergency modality, besides presenting the negative consequences for student learning in this period.

KEYWORDS: Need; Professionals; Difficulties.

Educación y enseñanza remota en los tiempos de pandemia: retos y perspectivas

RESUMEN

El artículo trae un abordaje quanto a los retos de la enseñanza remota, debido a la pandemia de la Covid-19, que ha traído al ambiente de la escuela la necesidad de una nueva práctica urgente y adaptada a este nuevo escenario, donde el mayor obstáculo se constituye en tener una nueva rutina proativa entre el aislamiento y la continuidad de la enseñanza. El objetivo de la pesquisa es analizar los retos de la educación durante el período de la enseñanza remota, así como hacer los apuntes quanto al preparo o no de los profesionales y de las instituciones de la enseñanza. La pesquisa se trata de un estudio bibliográfico de naturaleza cualitativa razonada en las literaturas de Oliveira (2020), Medeiros (2020), además de documentos oficiales y de la legislación de la área de estudio. Los resultados demuestran las dificultades de la enseñanza remota para los padres y profesionales de la

educación en la implementación de la modalidad emergencial, además de presentar las consecuencias negativas para el aprendizaje de los alumnos en este período.

PALABRAS CLAVE: Necesidad; Profesionales; Dificultades.

* * *

*Ensinar é um exercício de imortalidade.
De alguma forma continuamos a viver
naqueles cujos olhos aprenderam a ver
o mundo pela magia da nossa palavra.*
Rubem Alves

Introdução

A pandemia da Covid-19 trouxe mudanças repentinas à vida das pessoas no mundo inteiro, alterando a normalidade em todas as áreas da sociedade. De uma hora para outra as pessoas tiveram que deixar de sair de casa, de trabalhar, de andar pelas ruas e também de ir à escola, ocasionando, assim, no contexto educacional a de inserção uma nova ferramenta: o ensino remoto, que fez parte desta nova realidade.

A necessidade de estudar o tema vem do olhar para os inúmeros desafios e perspectivas que a educação passou a enfrentar, que vão desde a falta de experiências e aptidão dos profissionais da educação em lidar com ferramentas de informação, gravação e edição de vídeo aula, transmissões ao vivo, produção e edição de materiais gráficos e texto, até a falta de ferramentas e recursos humanos e físicos para atender toda essa nova demanda. Ademais da dificuldade de pais e alunos que não dispõem de acesso à internet, ferramenta essencial neste processo de ensino.

Diante do apresentado, tem-se como problema a seguinte questão norteadora: que desafios e perspectivas podem ser apontados no contexto educacional diante do cenário trazido pela pandemia da Covid-19 no uso do ensino remoto?

Quanto ao objetivo, a pesquisa busca analisar os desafios da educação durante o período do ensino remoto, ocasionado pela pandemia da Covid-19, assim como fazer apontamentos quanto ao preparo ou não dos profissionais e das instituições de ensino.

Concernente aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada com abordagem qualitativa que, de acordo com Rampazzo (2011), há a necessidade de resolver problemas e também pela curiosidade do pesquisador. Quanto aos objetivos, essa é de caráter exploratório, pois segundo Gil (2007), “objetiva facilitar a familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa” e em relação aos procedimentos técnicos é um estudo bibliográfico que, ainda de acordo com Rampazzo (2011), “é o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”, visto que, nesta ocasião, fundamentou-se principalmente nas literaturas de Oliveira (2020), Medeiros (2020), além de documentos oficiais e da legislação que fundamenta a respectiva área de estudo.

O trabalho foi organizado por seções, interligadas entre si, tendo como início apontamentos quanto a inserção do ensino remoto nas redes públicas, cujas sequelas foram mais amplas. Depois, perpassa-se pelos desafios e perspectivas do ensino remoto frente aos profissionais, pais e alunos, assim como é feito apontamentos quanto ao uso dos recursos tecnológicos e o papel dos pais e responsáveis na efetividade do ensino ofertado no período pandêmico.

A partir do estudo realizado, nota-se que a educação pública foi um dos setores que mais sofreu com os agravos e sintomas sociais causados por esse vírus. Em virtude disso, espera-se que esse trabalho possa contribuir como fonte de estudo e conhecimento sobre os danos que a educação tem enfrentado neste momento, assim como expor as dificuldades que professor, pais e alunos tem enfrentado e quais as consequências para o aprendizado.

O ensino remoto nas redes públicas de educação

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS), classificou no 11 de março de 2020, como pandemia, a contaminação por Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), uma série de precauções foram tomadas em todo o mundo afim de diminuir a propagação dessa doença. Uma dessas precauções foi o distanciamento social, medida implementada que inviabilizou a continuidade das aulas presenciais, forçando assim o fechamento de escolas por todos os lugares.

Inicialmente alguns decretos foram publicados proibindo o acesso às escolas nos primeiros meses letivos. Contudo, tendo em vista que esses períodos de suspensão das aulas não foram suficientes para conter a propagação da doença Covid-19, outros documentos precisaram ser editados, não permitindo aulas presenciais nos meses seguintes.

Foi só a partir do início do mês de julho, que alguns municípios deram início a retomada das atividades escolares por meio do ensino remoto. Providência tomada no sentido de recuperar o ano letivo de 2020, visto que as ações emergenciais de prevenção à Covid-19 ainda não permitiam o retorno à normalidade. Essa retomada foi feita com base em orientações e diretrizes do Conselho Nacional de Educação – CNE, que através do Parecer CNE/CP nº: 5/2020, de 28 de abril de 2020, propôs a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, e do Parecer CNE/CP nº: 11/2020, de 7 de julho de 2020, que apresentou orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas não presenciais.

Art. 11. Cabe às secretarias de educação e a todas as instituições escolares:

- I – planejar a reorganização dos ambientes de aprendizagem, comportando tecnologias disponíveis para o atendimento do disposto nos currículos;
- II – realizar atividades on-line síncronas e assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- III – realizar atividades de avaliação on-line ou por meio de material impresso entregue desde o período de suspensão das aulas; e
- IV – utilizar mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos, pesquisas e projetos que podem ser computados no calendário e integrar o replanejamento curricular. (BRASIL, CNE/CP nº: 5/2020, 2020, p. 8).

Diante do quadro de incerteza sobre quando retomaria as aulas presenciais e na clara impossibilidade de cumprimento da carga horária mínima anual para o ano letivo de 2020, visto ser uma obrigatoriedade estabelecida na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 (LDB), o Congresso Nacional aprova a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, dispensando os estabelecimentos de ensino de educação básica da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação básica, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino, ficam dispensados, em caráter excepcional:

- I - na educação infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga horária mínima anual previstos no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II - no ensino fundamental e no ensino médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do inciso I do caput e do § 1º do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, sem prejuízo da qualidade do ensino e da garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, observado o disposto no § 3º deste artigo.

A partir de então, o Conselho Nacional de Educação – CNE, apontou atividades que poderiam ser desenvolvidas de forma não presenciais e com a utilização de meios digitais, redes sociais e material didático impresso que poderiam ser entregue aos pais e responsáveis. Os professores das escolas públicas passaram a reunir cada sala de aula em grupos de *WhatsApp* no intuito de criar uma comunicação direta com os alunos e, também, para o envio de orientações, materiais digitais e vídeo aulas. Essa ferramenta foi usada principalmente para o envio de mensagem de texto, áudio e para o compartilhamento de imagens e vídeos, tornando-se a principal aliada do ensino remoto.

Agravamento das desigualdades na educação pública com o ensino remoto

Os pais e responsáveis por alunos, não alcançados pelos meios virtuais, foram orientados a buscarem materiais impressos nas escolas, o que criou uma desigualdade no atendimento oferecido, pois aqueles alunos que dispunham de aparelho conectados à internet, poderiam contatar seus professores e tirarem suas dúvidas sobre as matérias, enquanto os que não tinham esse recurso, ficaram impossibilitados do contato com o professor para tirar dúvidas e receber explicações sobre as aulas e atividades. Essa desigualdade no ensino ofertado vai de encontro a um dos princípios básicos da Constituição Federal de 1988, no Art.206, afirmando que a educação deve ser oferecida com igualdade de condições; o ensino será ministrado com base

nos seguintes princípios: Inciso 1º - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal brasileira de 1988, estabelece esses parâmetros para ser garantido a todos as mesmas condições de acesso a uma educação de qualidade. No entanto, a modalidade de ensino remoto inviabiliza o cumprimento desta norma, já que nem todos os alunos possuem as mesmas condições para participarem de aulas em meios virtuais. O que já alertava o parecer CNE/CP Nº: 11/2020, (2020). “As limitações na capacidade de implementar atividades não presenciais ao longo do período de isolamento social poderão afetar de modo desigual as oportunidades de aprendizagem dos alunos” (BRASIL, CNE/CP nº: 11/2020, 2020, p. 2).

O direito e a garantia a uma educação de qualidade, para todos, foi uma das principais conquistas da sociedade no século XX, tão importante quanto o direito ao atendimento à saúde básica e o direito à vida, tendo todos esses direitos conquistados ameaçados nesta pandemia. Se de um lado vê-se o crescente risco de contágio pelo vírus, do outro percebe-se o crescimento de uma desigualdade já existente.

Tudo isso, a desigualdade é muito forte. Desigualdade de recursos, de condições para estudar, de tempo, dedicação. Tudo isso, é claro, afeta a educação. Mas esse elemento foi muito destacado, porque alguns imaginaram que a tecnologia digital poderia salvar, digamos assim, a educação em um momento de pandemia. As pessoas poderiam continuar as suas atividades no momento de pandemia, o que é evidentemente falso. (OLIVEIRA, 2020, p. 33).

Essa desigualdade é facilmente percebida nos dados divulgados em 29 de abril de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que expõe os 45,9 milhões de brasileiros que ainda não tinham acesso à internet em 2018. Este número corresponde a 25,3% da população brasileira com 10

anos ou mais de idade. A mesma pesquisa mostra que as regiões norte e nordeste apresentam uma grande desigualdade em relação às outras regiões, com 36% da população sem acesso à internet em 2018, enquanto as regiões centro-oeste e sudeste é de apenas 18,5% (IBGE, 2020).

Em relação às ferramentas para acessar a internet, segundo a PNAD, o celular é o equipamento mais usado e está presente em 99,2% dos domicílios que havia acesso à internet, sendo a principal finalidade de uso o envio e recebimento de mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos. Já o microcomputador, ferramenta mais adequada para estudo, está presente em apenas 48,1% dos domicílios em que havia acesso à internet (IBGE, 2020). Isso quer dizer que mais da metade dos brasileiros não dispões desta ferramenta em casa para auxílio nos estudos na modalidade remota.

Essa desigualdade torna-se maior ainda em comparação aos alunos da rede pública com os das redes privadas. Sabe-se que as instituições particulares de ensino têm oferecido práticas pedagógicas e atendimento presencial com partes dos alunos, seguindo orientações e protocolos de prevenção à contaminação, como aferimento de temperatura na entrada, uso de máscaras, distanciamento na sala de aula. Ainda há o atendimento em casa de forma síncrona, ou seja, os alunos são atendidos a partir das plataformas digitais como *Google Class*, *Google Meet*, *Zoom*.

Essa realidade difere dos alunos das escolas públicas, visto que, estes, não dispõem de uma infraestrutura escolar que possa lhes atender com segurança e qualidade. Restando-lhes, apenas, a alternativa de atendimento virtual. Porém, em muitos casos, esse recurso digital é inalcançável, pois não há um, aparelho conectado à internet.

O agravo nas desigualdades observadas, no ensino remoto, representa apenas uma parte do problema, sendo uma das principais causas da crescente redução na aprendizagem dos alunos das escolas públicas neste período, sem aulas presenciais. Outros fatores vêm contribuindo para essa queda de aprendizagem, como a redução do tempo total dedicado aos estudos em casa. É o que aponta uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, que afirma:

O tempo para escola médio para o grupo de 6 a 15 anos em agosto de 2020 calculado a partir dos microdados da PNAD Covid foi de 2,37 horas diárias por dia útil, logo inferior ao mínimo da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDBE). Quanto mais velho é o estudante, menor é o tempo dedicado para o estudo remoto. Os adolescentes de 16 e 17 anos matriculados se dedicam relativamente mais ao ensino remoto, mas sofrem com uma maior evasão escolar, e por isso apresentam no computo geral menor tempo para escola que as crianças entre 6 e 15 anos. Há também um salto relevante a partir dos 18 anos, com queda do tempo para escola de 2,34 para 0,95 horas/dia (FGV SOCIAL, 2020, s.p.).

O estudo citado, também demonstra que a redução no tempo dedicado às aulas em casa está ligado a baixa oferta por parte das escolas e, não necessariamente, ao baixo empenho dos alunos na realização das atividades propostas. “Enquanto 13,5% dos estudantes de 6 a 15 anos não receberam materiais dos gestores educacionais e professores, apenas 2,88% não utilizaram os materiais que receberam por alguma razão pessoal” (FGV SOCIAL, 2020, s.p.). Fato importante constatado por esse estudo e, que reforça afirmações citadas anteriormente, sobre os alunos menos favorecidos serem os mais afetados pela baixa oferta e má qualidade do ensino remoto.

A análise por estrato de renda mostra que quanto mais pobre é o indivíduo, menor é a frequência na escola, menor a quantidade de exercícios recebidos e, para piorar, menor o tempo dedicado aos exercícios recebidos. Consequentemente, menor foi o tempo para escola. É importante ressaltar que os alunos mais pobres são 633% mais afetados pela falta de oferta de atividades escolares que os alunos mais ricos (FGV SOCIAL, 2020, s.p.).

Assim como as desigualdades sociais e o pouco tempo dedicado as atividades em casa, outros fatores também têm contribuído para a redução na aprendizagem dos alunos no ensino remoto, que pode ser citada pela falta de estrutura e de autonomia dos alunos para estudarem em casa, já que nem sempre podem contar com alguém mais experiente para auxiliá-los. Outro aspecto importante é a situação de que os pais não possuíam aptidão e nem conhecimentos pedagógicos para ajudar seus filhos na realização das atividades, pois se sabe que muitos deles não são alfabetizados, sobretudo aqueles com condições financeiras mais baixas, e também, muitos pais e responsáveis não dispõem de tempo para se dedicarem a essa tarefa, visto que precisam passar a maior parte do seu dia em busca do sustento.

Os professores, em busca de superar as barreiras encontradas na educação durante esse período e a falta de recursos, se reinventaram e aprenderam a lidar com ferramentas digitais, mesmo sem ter nenhuma experiência com aulas à distância. No intuito de vencer as dificuldades de algumas famílias, levavam atividades impressas até a casa dos alunos. No entanto, apesar de todos os esforços, a qualidade do ensino ofertado ainda é muito baixa. Mas como já questionava Gadotti (2003, p. 14), “O que um professor pode fazer, o que ele deve fazer, o que é possível fazer?”.

Todos esses pontos indicados: as desigualdades no acesso às aulas, o pouco tempo dedicado as atividades, a falta de estrutura para estudar em casa e o retrocesso na aprendizagem " tem um impacto muito profundo para as crianças e adolescentes", como diz Florence Bauer, em matéria do G1 de 5 de abril de 2021. Bauer é representante do Unicef no Brasil e lembra que os alunos da educação básica, apesar de não ser a faixa etária mais afetada pela doença, é a que mais sofre com os efeitos indiretos da Covid-19 (G1, 2021).

Esse estudo da UNICEF Brasil, diz que “em novembro de 2020, portanto, ao final do ano letivo, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil” (UNICEF BRASIL, 2021, p. 44). Sabe-se que os percentuais de evasão

escolar no Brasil sempre foram muito alto, mas a pandemia e as dificuldades de acesso às aulas e atividades com o ensino remoto, já expostas anteriormente, tem agravado mais ainda esse problema e consequentemente contribuindo para a redução na aprendizagem.

Desafios e perspectivas encontradas por professores, pais e alunos no ensino remoto

Nenhum setor da sociedade estava preparado para os longos períodos de isolamentos, restrições e distanciamentos sociais impostos pela pandemia da Covid-19. Da mesma forma, a educação pública brasileira não tinha como superar esse momento com tranquilidade. Segundo Oliveira e Junior (2020, p. 733), “nenhum sistema educativo estava preparado para enfrentar essa excepcionalidade, principalmente em países que apresentam fragilidades gritantes na oferta educativa, como é o caso do Brasil”.

Essa situação excepcional impôs uma série de desafios na implementação de um sistema emergencial de educação. O “como fazer” foi o principal deles, pois, sem uma diretriz que indicasse a melhor forma de implementar essa modalidade emergencial de ensino, os sistemas educacionais estariam propícios a utilizar uma metodologia parecida com as usadas na Educação a Distância. De acordo com Souza e Miranda, (2020, p. 83).

A ruptura dos processos presenciais para os virtuais de ensino e aprendizagem requer maior exploração de recursos tecnológicos até então pouco utilizados no ambiente escolar. Esta forma de ensino requer nova metodologia, na qual a abordagem do conteúdo precisa ser feita de uma forma diferenciada, tendo em vista que mesmo para os estudantes com acesso aos meios tecnológicos, há limites para a apreensão dos conteúdos. Na sala de aula presencial há maior suporte e contato direto com o professor. Além disso, é necessário ressaltar que nem todos os

conteúdos, dadas as suas especificidades, se adequam satisfatoriamente, ao ensino remoto.

Antes da pandemia da Covid-19, a Educação à Distância estava regulamentada pela Lei nº 9.394/1996 e pelo Decreto nº 9.057/2017, que autoriza a modalidades EaD para o Ensino Superior e Médio, com auxílio de tutoria e carga horária presenciais complementar. Já, para a oferta da modalidade no Ensino Fundamental, era permitido apenas em situações emergenciais. O que fez necessário a publicação de legislação excepcional através da Portaria nº 343/2020. No entanto, diferentemente da modalidade em EaD, o ensino remoto emergencial não possui uma organização metodológica própria e capacitação prévia dos professores.

Nesse período, professores foram obrigados a refazer todas as aulas, passar novos exercícios, escrever apostilas, gravar em vídeo os conteúdos das disciplinas, criar canais próprios em redes sociais, mudar avaliações, fazer busca ativa de alunos e se aproximar das famílias dos estudantes. (PEGN/GLOBO, 2020).

As medidas de restrições e a mudança do formato presencial para o remoto de ensino imposta as crianças e adolescentes afetou diretamente a sua aprendizagem. Se para os adultos é tão difícil ficar preso em casa, imagine para os mais jovens e as crianças que precisam desse contato físico e da interação social para se desenvolver plenamente. Um relatório de pesquisa realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPEI/FaE/UFMG), apontou, entre outros resultados, os impactos negativos sobre a saúde física e mental decorrentes do cansaço, da ausência de interação, do excesso de atividades e das dificuldades de aprendizagem geradas por essa modalidade de ensino neste grupo etário (SILVA, et al, 2021, p. 71).

Durante a pandemia da Covid-19, além da tragédia causada pelo vírus, tem sido frequente o aumento dos casos de sintomas relacionados a doenças mentais como ansiedades, estresse, insônias e tantos outros. Esses problemas vem afetando diretamente a saúde mental de professores e alunos, assim como de toda a sociedade. Souza e Miranda, (2020, p. 84), ressalta ainda que:

A exigência de uma preparação diferenciada das aulas e o atendimento aos estudantes por diferentes meios de comunicação, faz o professor estar conectado ao trabalho a todo momento, inclusive fora do horário regular e nos fins de semana. Soma-se a esta sobrecarga profissional, que se tornou a tônica neste período, a crescente sensação de insegurança gerada pela pandemia. Toda essa situação tem provocado grande sobrecarga emocional, culminando no aumento do estresse, da ansiedade, da insônia e outros sintomas relacionados com a saúde mental.

Apesar de crianças e adolescentes não fazerem parte dos grupos de riscos que são afetados pela forma mais grave da Covid-19, eles não estão livres dos problemas emocionais causados por longos períodos de confinamento em casa, longe da escola e dos colegas. Segundo Polanczyk (2020), as crianças e adolescentes, embora sejam igualmente infectados, apresentam manifestações clínicas mais brandas do que adultos e idosos. Entretanto, o impacto da pandemia sobre a sua saúde mental deverá ser da mesma magnitude ou, talvez, maior.

Outro problema advindo do contexto pandêmico e que também tem afetado crianças e adolescente no país inteiro é a perda de renda familiar, algo que tem influenciado diretamente na aprendizagem dos alunos. Pois, como já exposto, são as famílias de baixa renda que mais enfrentam dificuldades relacionadas a conectividades e falta de equipamentos digitais para acessar as aulas remotas. Isso pode ser confirmado por meio da

pesquisa Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes, realizada pelo Ibope para Unicef. A pesquisa revelou que:

Entre os 91% das crianças que seguiram com acesso à educação, uma percentagem significativa não consegue estudar de maneira regular. “Os resultados deixam claro que o acesso a direitos ocorre de forma desigual no Brasil. Com a pandemia, as disparidades podem se agravar, impactando fortemente quem já estava em situação de vulnerabilidade” (UNICEF, 2020, s.p.).

Dificuldades que também são enfrentadas por professores que há muito tempo vêm lutando por melhores condições salariais, apesar disso, muitos precisaram arcar com os custos de internet e equipamentos digitais novos para produzir e disponibilizar as aulas para seus alunos. A pandemia colocou em evidência a fragilidade do sistema educacional. Professores com defasagem salarial, tendo que se reinventar de diversas maneiras para desenvolver seu trabalho de forma digital, muitas vezes, sem condição material.

O uso de tecnologias da informação e comunicação (tics), como ferramenta de apoio no ensino remoto

A interrupção abrupta e necessária das aulas para conter o avanço da doença e a incerteza de quando seria possível voltar à normalidade gerou uma série de dúvidas sobre o momento adequado desse retorno e de que forma ele aconteceria. Período suficiente para uma capacitação mínima dos profissionais de educação para atuar de forma mais eficiente no ensino remoto, visto que, logo no primeiro mês de paralisação das aulas foi publicada a Portaria nº 343 do Ministério da Educação (MEC) autorizando a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação pandêmica.

Acreditava-se que, assim como o uso da internet tem revolucionando as relações de trabalho e comércio com as implementações do *home office* e do chamado *e-commerce*, da mesma forma, o uso da internet e de ferramentas digitais compensaria o distanciamento entre aluno e escola, imposto pelo novo vírus. Contudo, as dificuldades de conectividade dos alunos e a falta de habilidades dos professores para ministrar aulas em meios digitais, tornou-se um problema relevante neste processo.

“A covid-19 antecipou em uns dez ou quinze anos o que iria acontecer em sala de aula”, calcula o professor de geografia, Daniel Rodrigues Silva Luz Neto, do Distrito Federal. (PEGN/GLOBO, 2020). “Tivemos que aprender algo que nunca foi desenvolvido ao longo da nossa vida, que foi encarar a tecnologia a curto prazo”, diz Juanice Pereira dos Santos Silva, professora na educação inclusiva, do Centro de Ensino Especial, também do Distrito Federal. (PEGN/GLOBO, 2020).

Veja o relato feito ao G1, pela professora da rede municipal de Campo Grande (MS), Katia Araújo: "Somos analfabetos digitais. Você só percebe que não sabe quando precisa usar a ferramenta" (G1, 2020, s.p.). Relatos como esse, feito por professores, é facilmente encontrado em matérias noticiadas sobre o assunto em diferentes meios de comunicação. No entanto, Libâneo (2014, p. 4), alertava que:

O novo professor precisaria, no mínimo, de uma cultura geral mais ampliada, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias.

A pesar do que diz Libâneo no trecho citado, sobre o professor precisar ter essa cultura geral e ampliada, isso não dispensa os órgãos educativos e o poder público de criar programas de formação continuada que atenda essa necessidade de capacitação dos professores. João Carlos Salles, presidente da

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em entrevista ao site Brasil de Fato, destaca ainda que:

Para ser possível uma continuidade dessa forma, dois elementos são fundamentais. O primeiro é o acesso, que significa internet de qualidade e equipamentos minimamente razoáveis para que as pessoas possam acompanhar atividades de formação. Outra questão eu diria que é uma grande aposta que o país deixa de fazer há muito tempo nos professores, na capacitação. Não basta ter o computador, ainda que seja fundamental. Não basta ter internet, ainda que seja fundamental. Sem esses dois elementos, não podemos seguir adiante. Mas além disso é preciso ter uma capacitação dos docentes para o uso adequado das tecnologias digitais (OLIVEIRA, 2020, p. 33).

Mudanças são necessárias e acontecem constantemente em todas as esferas da vida. O uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs), como ferramenta de apoio no processo de ensino aprendizagem faz parte dessas mudanças, mas tem, infelizmente, acontecido a passos muito lento em no país, sobretudo por falta de investimentos e capacitação dos professores para a sua utilização em sala de aula. Rosa (2020, p. 1), destaca que “a oferta de uma educação mediada pela tecnologia sempre enfrentou barreiras, principalmente pautadas na desinformação e falta de preparo dos docentes”. Algo que poderia apresentar resultados bem diferentes dos já expostos aqui, se essa falta de preparo para lidar com as TICs não existisse, visto que, elas são ferramentas fundamentais na efetividade do ensino remoto. Para Oliveira e Junior (2020, p. 733).

Gestores e profissionais da educação têm se desdobrado para encontrar alternativas para realizar as atividades de ensino de forma remota. Na maioria das situações, o que se

observou foi a migração direta do ambiente presencial para o virtual, sem o suporte técnico necessário e sem qualquer planejamento prévio. Com isso, instaura-se um debate que transcende o setor educacional, pois a suspensão das aulas presenciais altera a rotina dos estudantes e de suas famílias, coloca restrições às mães trabalhadoras que terão de arcar com o cuidado integral de seus filhos e impõe novas condições de trabalho para os docentes e de estudos para os alunos.

O trecho citado anteriormente faz parte de uma pesquisa feita com 15.654 professores das redes públicas de ensino do país, realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (Mestrado/UFMG), que aponta uma série de dificuldades pelas quais os educadores vêm enfrentando durante esse período. Segundo dados desse estudo, 89% dos professores entrevistados não tinham experiência anterior com aulas em modalidades não presenciais; para 21% dos educadores questionados, é difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais; e um fato que chama a atenção neste estudo é que até o momento da coleta de dados da pesquisa, que foi do dia 8 a 30 de junho de 2020, 42% dos entrevistados afirmaram que ainda não tinham recebido nenhum tipo de treinamento e seguiam aprendendo tudo por conta própria. Revelando, assim, que os educadores das redes públicas de ensino foram abandonados à própria individualidade.

Os dados da pesquisa apontaram ainda que 82% dos professores estavam ministrando aulas de casa, utilizando recursos próprios como internet e ferramentas digitais para ministrar suas aulas; também, 82% dos docentes disseram que as horas de trabalho aumentaram. Entre muitos outros dados, o estudo confirmou o que já tinha apontado a PNAD de abril de 2020, mostrando a grande desigualdade que as regiões norte e nordeste apresentam em comparação às outras regiões. Tanto em relação aos recursos disponíveis para a oferta de ensino não presenciais como a utilização de rádios, canais de TV e ambientes virtuais de aprendizagem, quanto a disponibilidade dos alunos em ter acesso as aulas ofertadas. O

relato feito por Karina Batelli, professora da rede municipal de São Paulo em entrevista ao G1 de 8 de junho de 2020, reforça o que vem sendo dito.

A didática difere no ensino remoto em comparação com a presencial. Na escola tem a troca, você faz uma pergunta, eles retornam, e a gente faz um conjunto. Agora, sou eu falando, é uma aula gravada – eu coloco no YouTube, mando o link pela plataforma, eles assistem e enviam as dúvidas. Tivemos que aprender a filmar uma vídeo aula. E os alunos tiveram que aprender a ouvir os professores, porque não é o Felipe Neto com todo aquele jeito de falar que os alunos estão acostumados. É uma matéria que eles precisam entender para fazer exercício (G1, 2020, s.p.).

Passado alguns anos do fechamento das escolas, em alguns momentos houve abertura e a utilização de um formato híbrido de ensino. Modelo que combina atendimento presencial com parte da turma e remoto de forma *online* com a outra parte, alternando o atendimento desses dois grupos durante a semana. Percebe-se, ainda, um grande desafio em reverter as sequelas desse período distópico e promover o melhor avanço do educando.

O papel dos pais e responsáveis na efetividade do ensino remoto em casa

Algo indiscutível em relação a um bom desempenho na aprendizagem de qualquer aluno é a participação dos pais no processo de formação educacional dos filhos. E, nessa modalidade de ensino emergencial, a participação deles se faz cada vez mais necessária, principalmente dos alunos da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental, pois lhes falta maturidade para administrar seu próprio estudo e a capacidade de aprender sozinho. “O ensino remoto requer do estudante uma rotina de estudos, disciplina e organização, as quais, muitas vezes, ele não tem”.

(SOUZA; MIRANDA, 2020, p. 87). E, com isso, a atribuição do professor em sala de aula é posta sobre pais e responsáveis nas salas de casa.

Muitos são os desabafos, de pais e responsáveis, divulgados nas redes sociais neste período, pois os mesmos tiveram que se desdobrar entre seus afazeres diários e a nova tarefa de repassar para os filhos tudo aquilo que a escola enviava, seja qual fosse os meios e os formatos, e isso sem a devida habilidade para desenvolver uma função que professores levam anos estudando para desempenhar. Muitos pais e responsáveis, para não ver os filhos ficarem sem as aulas e sem a aprendizagem necessária, tiveram que aprender e reaprender conteúdo do seu tempo de escola.

Outra dificuldade frequentemente apontada em relatos de pais e responsáveis é a incapacidade de auxiliar os filhos nos estudos, tanto pela falta de escolaridade de muitos, como também por não disporem de tempo, já que precisam trabalhar para garantir as necessidades mais básicas dos filhos. Uma Consulta Pública realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí (SINTE-PI) mostrou a posição dos pais e responsáveis pelos estudantes sobre as aulas remotas e as dificuldades que estão enfrentando durante a pandemia.

Considerando a situação socioeducacional e econômica de famílias residentes em Pio IX, um dos três municípios que mais responderam a Consulta Pública, têm-se com base nos dados do UNICEF, no site Fora da Escola Não Pode, o nível de instrução dos pais, mães ou responsáveis. O estudo aponta que 78% dos respondentes não têm instrução ou têm o ensino fundamental incompleto; 16,2%, cursou o fundamental completo ou médio incompleto; 5,8% possui o ensino médio completo ou superior. Quando tratado sobre a renda média domiciliar, 86,3%, está na faixa de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 10%, de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo e 2,8% mais de 1 salário mínimo.

As dificuldades indicadas acima demonstram um quadro em que reflete o baixo poder aquisitivo das famílias que mantém filhos estudando na escola pública, o que influi na precária condição de acesso e uso de

internet, além da falta de políticas públicas de ampliação da condição de conectividade. (MEDEIROS et al., 2020).

O uso do celular, como o principal instrumento de estudo, por vezes compartilhado com outros membros da família e com acesso precário à internet, expõe um abismo social que interfere diretamente no estímulo à continuidade dos estudos (SOUZA; MIRANDA, 2020, p. 87). Muitas vezes, esse único aparelho usado por toda a família, fica na posse do pai ou da mãe que passam o dia ausente em decorrência do trabalho, fazendo com que os filhos só recebam as matérias e orientações enviadas pelos professores no final do dia, momento no qual, só a partir de então, eles vão ter a oportunidade de tirar suas dúvidas com o professor. O que justifica as reclamações de professores sobre o aumento da carga horária e a irregularidade de horário de trabalho, mas, mesmo assim, os professores reconhecem a necessidade de seus alunos e sabem que esses horários podem ser o único que eles têm para receber as orientações e *feedback* que precisam.

Em outras palavras, Medeiros et al., (2020, p. 9), reforça essa argumentação quando diz que:

Além disso, há uma situação de compartilhamentos de aparelhos, especialmente em famílias mais numerosas e de baixa renda. Há casos em que os pais, mães e/ou responsáveis estão saindo para trabalhar e precisam utilizar parte dos equipamentos da casa, restringindo as condições de uso dos (as) estudantes. A qualidade dos equipamentos nem sempre é compatível com as atividades de uso das plataformas, transporte de dados, etc.

Além disso, os alunos, às vezes com dificuldades de contatar seus professores e, em muitos momentos, sem poder contar com alguém para ajudar com as atividades, acabam tendo que estudar sozinho. E, quando tem alguém para auxiliar, essa pessoa não tem domínio didático, metodológico ou de conhecimento daquele componente curricular.

Todos esses fatos evidenciam o que vem sendo exposto e reforça a importância que os pais e responsáveis tem neste processo, pois, sem a dedicação dos mesmos, seria impossível a realização do ensino em casa. E, como se observa, os problemas e dificuldades encontradas pelos envolvidos nesta modalidade alternativa de ensino são graves, principalmente, porque ela foi implementada de forma improvisada, não havendo uma preparação prévia dos profissionais da educação, nem a disponibilização de recursos e meios para que os mesmos pudessem desenvolver o seu trabalho. Outra gravidade na implementação da modalidade remota foi não considerar as fortes desigualdades sociais e as dificuldades dos pais e responsáveis em auxiliar seus filhos no ensino em casa.

Conclusão

Em março de 2020 surgem as primeiras notícias de que o Coronavírus já havia contaminado muitas pessoas e se espalhava rapidamente pelo Brasil. Foi quando emergiram as primeiras discussões sobre a necessidade de implementação de medidas restritivas para frear o contágio do vírus. Neste período, expressões como distanciamento social, quarentena, *lockdown* tornaram-se comuns e passaram a fazer parte do vocabulário popular das pessoas.

Com essas discussões, também vieram as implicações econômicas e sociais resultantes de um encerramento total de atividades ditas não essenciais. Porque, se de um lado tinham as incertezas sobre a gravidade da nova doença; do outro, a certeza dos efeitos colaterais causados pela principal forma de prevenção da mesma: o distanciamento social.

Passado alguns anos de pandemia e superada a marca de meio milhão de mortos, percebe-se que a gravidade da doença seria maior se as medidas de restrições não tivessem sido implantadas. Mas, o remédio foi amargo e seus efeitos adversos na educação públicas foram expostos nesse texto. Entre eles, estão agravamentos das desigualdades sociais, redução na

aprendizagem, aumento dos índices de trabalho infantil, crescimento da violência doméstica contra crianças e adolescente, entre outros.

Mesmo com o fim da pandemia sinalizada pela OMS em 2022, os desafios e dificuldades dos pais, responsáveis, alunos e professores frente ao ensino ainda permanecem. Todavia, assim como um corpo que se recupera de um vírus adquire imunidade, a educação também tem tirado suas vantagens dessa crise. O uso de plataformas e ferramentas digitais, como instrumento de ensino aprendizagem, é uma delas; além do aproveitamento de redes sociais para essa finalidade. Já dizia Gadotti (2003, p. 14) “As novas tecnologias criaram novos espaços do conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos”. O ensino remoto desenvolveu nos alunos habilidades pouco exploradas antes, como a autonomia e a capacidade de aprender a aprender. E, um bônus a mais: o celular, o vilão das salas de aulas, se tornou o principal aliado dos alunos longe delas.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996*. LDB – Lei de Diretrizes e Bases. 1996.

BRASIL. *Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020*. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm. Acessado em: 25 mar. 2022.

BRASIL. *Parecer CNE/CP Nº: 11/2020*. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 14 nov. 2022.

BRASIL. *Parecer CNE/CP Nº: 05/2020*. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 10 nov. 2022.

BRASIL. *Portaria nº 343/2020*. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acessado em: 10 abr. 2022.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. *FGV Social Lança A Pesquisa: "Tempo Para Escola Na Pandemia"*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-tempo-para-escola-na-pandemia>. Acessado em: 28 abr. 2022.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. *Educação pode retroceder até quatro anos devido à pandemia, aponta estudo*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/educacao-pode-retroceder-ate-quatro-anos-devido-pandemia-aponta-estudo>. Acessado em: 28 abr. 2022.

GLOBO. Pandemia fez ensino e papel do professor mudarem. *Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios*, Editora Globo. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Educacao/noticia/2020/10/pandemia-fez-ensino-e-papel-do-professor-mudarem.html>. Acessado em: 29 mai. 2021.

G1, Globo. *Denúncias de violência contra a criança e o adolescente atingem maior patamar desde 2013*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2021/04/20/denuncias-de-violencia-contra-a-crianca-e-o-adolescente-atingem-maior-patamar-desde-2013.ghtml>. Acessado em: 05 mai. 2021.

G1, Globo. *Fechamento de escolas durante pandemia fez Brasil regredir duas décadas em matéria de evasão escolar, diz Unicef*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/05/fechamento-de-escolas-durante-pandemia-fez-brasil-regredir-duas-decadas-em-materia-de-evasao-escolar-diz-unicef.ghtml>. Acessado em: 27 abr. 2021.

G1, Globo. *Quase 90% dos professores não tinham experiência com aulas remotas antes da pandemia; 42% seguem sem treinamento, aponta pesquisa*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/08/quase-90percent-dos-professores-nao-tinham-experiencia-com-aulas-remotas-antes-da-pandemia-42percent-seguem-sem-treinamento-aponta-pesquisa.ghtml>. Acessado em: 25 mai. 2021.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. *Uso de Internet, Televisão E Celular No Brasil*. Educa Jovens, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acessado em: 10 dez. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* São Paulo: Cortez, 2014.

MEDEIROS, Lucineide Barros et al. *Resultado da Consulta Pública para Mães, Pais e/ou Responsáveis de Estudantes da Rede Estadual de Educação Básica do Piauí Sobre o Trabalho Remoto Diante da Pandemia de Covid-19*. SINTE-PI. Teresina - Piauí, 2020. Disponível em: <https://www.sintepiaui.org.br/kcfinder/files/Resultado%20da%20Consulta%20P%C3%ABlica%20Pais%20maes%20responsaveis.pdf>. Acessado em: 16 mai. 2021.

OLIVEIRA, Caroline. *Com aulas remotas, pandemia escancara desigualdade no acesso à educação de qualidade*. Brasil de Fato. São Paulo - SP, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/04/com-aulas-remotas-pandemia-escancara-desigualdade-no-acesso-a-educacao-de-qualidade>. Acessado em: 22 abr. 2021.

POLANCZYK, Guilherme V. *O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes*. Jornal da USP. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/>. Acessado em: 29 mai. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JUNIOR, Edmilson Antonio Pereira. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212>. Acessado em: 17 mai. 2021.

RAMPAZZO, Lino. *Noções de Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROSA, R. T. N. Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Coronavírus o COVID-19! *Rev. Cient. Schola Colégio Militar de Santa Maria*, Rio Grande do Sul, Brasil Volume VI, Número 1, Julho 2020. ISSN 2594-7672. Disponível em: [https://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%20I%202020%20\(Rosane%20Rosa\).pdf](https://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%20I%202020%20(Rosane%20Rosa).pdf). Acessado em: 26 mai. 2021.

SILVA, Esmeralda; et al. Pandemia acentua os casos de violência contra crianças e adolescentes. *Rev. Cient. Schola Santa Maria*, Rio Grande do Sul, Brasil Volume VI, Número 1, Julho 2021.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos. *Desafios da Implementação do Ensino Remoto*. Revista UFRR. Boletim de Conjuntura (BOCA), ano II, vol. 4, n. 11, Boa Vista, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/SouzaMiranda>. Acessado em: 23 mai. 2021.

UNICEF Brasil, Cenpec Educação. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil*. 56 p. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acessado em: 03 mai. 2021.

UNICEF Brasil. *Famílias com crianças e adolescentes são as vítimas ocultas da pandemia*, revela pesquisa do UNICEF. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/familias-com-criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-ocultas-da-pandemia-revela-pesquisa-do-unicef>. Acessado em: 22 mai. 2021.

Recebido em janeiro de 2023.

Aprovado em setembro de 2023.